

## **A Invasão Francesa ao Rio de Janeiro em 1711 sob a análise da Cartografia Histórica**

**Ricardo Vieira Martins, M.Sc.**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[rvieiramartins@yahoo.com.br](mailto:rvieiramartins@yahoo.com.br)

**Carlos Alberto Lombardi Filgueiras, Ph.D.**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

### **RESUMO**

O ouro que convergia para o porto do Rio de Janeiro, no início do século XVIII, através da estrada nova que ligava Ouro Preto ao Rio de Janeiro, tornou este um dos principais portos das colônias portuguesas. O ouro que atraía a cobiça dos reis da Europa, como Luís XIV, tornava previsível a tentativa de invasão à cidade, o que aumentava a expectativa sobre a competência do sistema de defesa do porto. Em 12 de outubro de 1711, uma esquadra comandada pelo corsário René Duguay-Trouin (1673-1736) e apoiada pelo rei da França, invadiu o Rio de Janeiro e ocupou a cidade por dois meses. A pouca oposição que o sistema de defesa da baía da Guanabara ofereceu ao invasor ainda é uma parte obscura da história do Brasil. Um novo ponto de vista, no entanto, pode ser estabelecido pela história militar luso-brasileira, pela história da ciência e das técnicas e, principalmente, pela cartografia histórica. Uma nova leitura da invasão francesa ao Rio de Janeiro nos permite entender a mudança de atitude de Portugal em relação à colônia, que passou a ser incluída no esforço de modernização da metrópole.

**PALAVRAS CHAVE:** Defesa; Invasão; Francesa; Armas; Mapas.

### **ABSTRACT**

The gold that converged on Rio de Janeiro in the early eighteenth century, through the new road linking Ouro Preto to this coastal city, made it a major port of the Portuguese colonies. Gold attracted the greed of the kings of Europe, like Louis XIV, and an attempt to invade the city was predictable, which increased the expectation about the competence of the defense system of the port. On October 12, 1711, a fleet commanded by the privateer René Duguay-Trouin (1673-1736) and supported by the King of France, invaded and occupied Rio de Janeiro for two months. The little opposition that the defense system of Guanabara Bay offered the attacker is still an obscure part of the history of Brazil. A new point of view, however, may be established by the conjunction of Luso-Brazilian military history, history of science and technology, and especially historical cartography. A new reading of the French invasion in Rio de Janeiro leads to an understanding of the change of attitude of Portugal towards its colony, which was part of the effort to modernize Portugal.

**KEYWORDS:** Defense; Invasion; French; Weapons; Maps.

## I - A INVASÃO

A terceira invasão francesa ao Rio de Janeiro iniciou-se na noite de 11 de setembro de 1711. Nesta noite, surgiu o vento forte que a esquadra invasora por vários dias aguardava. O vento, capaz de impulsionar as naus e lhes dar uma boa velocidade, seria fundamental para permitir uma rápida aproximação da entrada da baía de Guanabara. Uma esquadra animada de grande velocidade estaria por pouco tempo exposta às descargas das bocas de fogo das fortalezas da barra.

A aproximação ocorreu como foi planejada. Em de 12 de setembro, a esquadra, sob o comando de *René Duguay-Trouin*, invadiu a baía de Guanabara. Uma invasão bem sucedida. A cidade pouco resistiu ao poder bélico do invasor, que assumiu por dois meses o controle do Rio de Janeiro, mantendo a cidade sequestrada até o dia 13 de novembro. A população da cidade somente viu partir os franceses após o pagamento do devido resgate, cujo valor<sup>1</sup> o invasor negociou com o capitão-governador da cidade, Francisco Castro Morais, e seu estado-maior.

O povo da cidade, cuja moral tinha ficado elevada após a vitória conseguida sobre os corsários franceses, em 1710, foi nesta outra invasão submetido à humilhação da derrota. A facilidade com que a cidade foi invadida gerou na população a necessidade de eleger um culpado. O eleito foi o governador, acusado de covarde. Com a eleição do culpado, um velho hábito, o povo encerrava o problema. Desta forma, o rei não precisaria fazer uma análise pública da situação e o conseqüente comprometimento com a busca de soluções. O fato ganhou uma versão oficial, na qual a fácil invasão passou a ser justificada, não pela incompetência do sistema de defesa da cidade, mas sim como uma fatalidade, criada por uma forte neblina matinal, que facilitou ao invasor se aproximar da barra sem ser visto. Tal versão oficial, ainda hoje, pode ser encontrada nos trabalhos de diversos historiadores: Knauss (2006, 131) Bebiano, Monteiro, *et al* (2004, 310), Cavalcanti (2004, 45) e Marcadé (1991, 44).

---

<sup>1</sup> Manuel Monteiro e Rui Bebiano (2004, p.310) informam o resgate pago: 610.000 cruzados, 100 caixas de açúcar e 200 bois. Porém, Nireu Cavalcanti (2004, 45) informa que os invasores levaram consigo 240 contos de réis, 100 caixas de açúcar e 200 bois, além dos bens e produtos seqüestrados, em parte revendidos aos próprios moradores da localidade. René Duguay-Trouin (2002) informou no seu Diário de Bordo que o ouro pertencente ao Rei de Portugal não foi encontrado porque a população o escondeu na mata, longe da cidade.

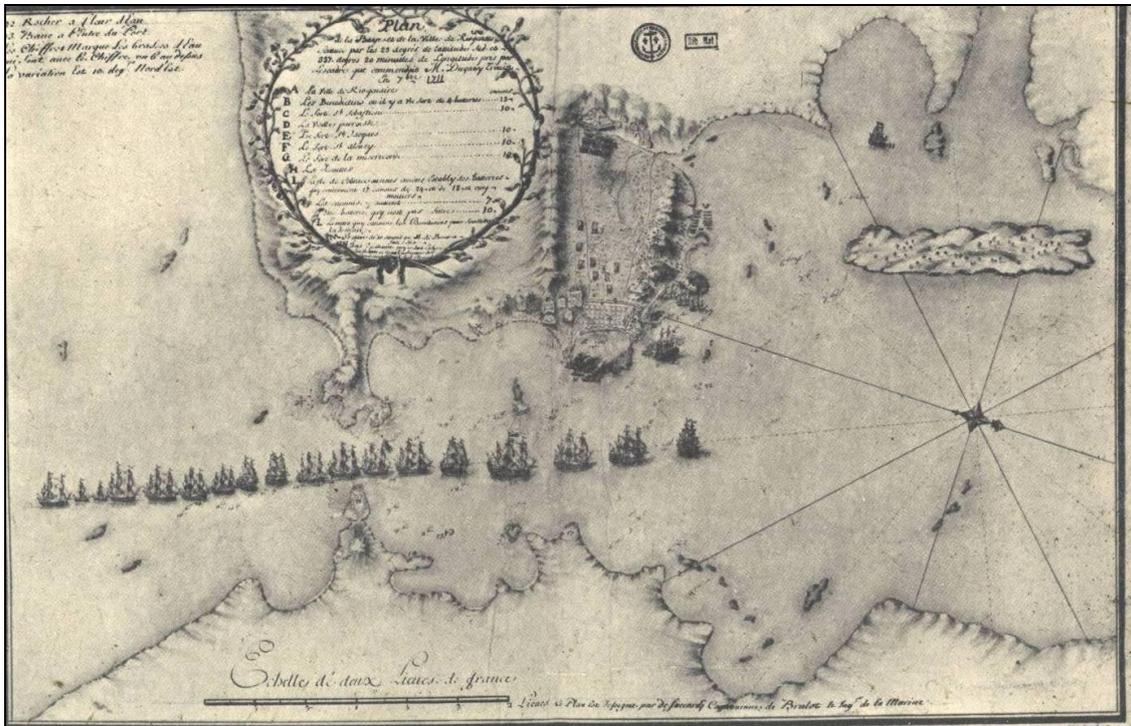


Figura 01<sup>2</sup>: PLAN DE LA BAYE DE LA VILLE DE RIOGÈNAIRE, feito pelo capitão engenheiro da Marinha, Brulot.  
FONTE: Ferrez (1972).

A versão oficial da história da invasão, contada pelos invasores, certamente difere da história contada pelo invadido. Um dos capitães da esquadra francesa, o engenheiro Brulot, autor da pintura mostrada na figura 1, como podemos notar, evidencia na sua representação a superioridade do poder bélico da esquadra invasora, a qual é representada bem maior que o seu verdadeiro tamanho: os 18 navios<sup>3</sup> perfilados se assemelham a um gigante adentrando a barra. Na pintura notamos a ausência de reação do sistema de defesa da cidade, como também relata Maria Fernanda Bicalho (2003, 185). No *Diário de Bordo*, René Duguay-Trouin (2002) não informa que as fortalezas da barra, a principal defesa da cidade, tenham causado algum dano aos navios da sua esquadra, assim como nada é dito sobre navios defendendo a entrada da baía de Guanabara.

<sup>2</sup> Esta imagem é apresentada por FERREZ (1972) em preto e branco. O original pertence à Bibliothèque Nationale de Paris, uma aquarela (485 x 687mm). Para Ferrez os navios portugueses, que estavam na cidade para fortalecer a sua defesa, nesta pintura estão corretamente localizados no ancoradouro, próximo à cidade, e não em linha de combate, entre Santa Cruz e a ilha de Boa Viagem, como representado em outros documentos coevos. Outras imagens, como a que é apresentada na tradução do *Diário de Bordo*, de René Duguay-Trouin, feita por Nogue (2002), a vitória é valorizada, apresentando uma cidade que reage com toda a sua capacidade de defesa à poderosa esquadra invasora.

<sup>3</sup> A esquadra, segundo Jacques Marcadé, et al, era composta por 16 navios: 7 navios de linha, 5 fragatas, 1 galeota, 2 navios lançadores de bomba, 1 fragata que se juntou ao grupo ao largo de Cabo Verde (MARCADÉ, 1991, 43). No *Diário de Bordo* de René Duguay-Trouin (2002, 190), são relacionados 17 navios: *Lis; Brillant; Magnanime; Achille; Glorieux; Amazonne; Bellonne; Astrée; Argonaute; Mars; Concorde; Chancelier, Glorieuse; Françoise; Patient; Fidèle; Aigle* A quantidade de navios que formavam a esquadra invasora varia nos relatos dos diversos autores, assim como nas diferentes pinturas que retratam a invasão.

A invasão francesa de 1711 não foi uma surpresa, pois foi anunciada com antecedência. A Inglaterra<sup>4</sup> tinha enviado a Portugal o almirante inglês Leake para informar ao rei que uma esquadra invasora francesa rumava para o Brasil. Ao receber a notícia, D. João V, não possuindo nenhum navio pronto para partir, encarregou o próprio almirante inglês de levar a notícia ao Rio de Janeiro. O aviso chegou ao porto do Rio em 25 de agosto, já encontrando a cidade com a sua defesa reforçada por quatro navios de guerra portugueses (BEBIANO, MONTEIRO, *et al*, 2004, 310), de onde se conclui que o ataque era esperado. A força naval portuguesa estava sob o comando de Gaspar da Costa Ataíde (o *Mequinêz* ou *Maquinez*), considerado na época o melhor almirante português (MARCADÉ, 1991, 43). Os portugueses não ignoravam que a derrota que os franceses tinham sofrido em 1710, quando o jovem inexperiente corsário Duclerc tentou invadir a cidade por terra, sendo vencido, feito prisioneiro e morto, certamente produziria um novo ataque francês à cidade.

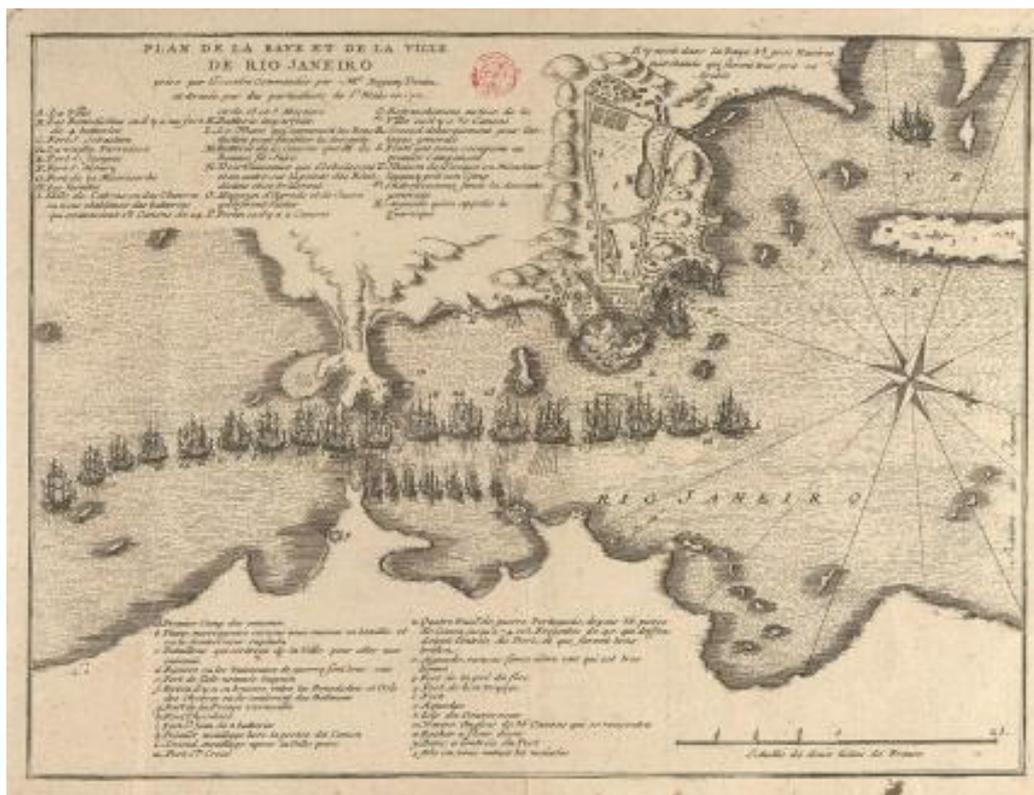


Figura 02: PLAN DE LA BAYE ET DE LA VILLE DE RIO-JANEIRO. Esta gravura, intitulada Plan de La Baye, et de la Ville de Rio-Janeiro consta da tradução que Nougé fez do Diário de Bordo de René Duguay-Trouin (2002, p.134-135). Porém, não está informado na tradução se a gravura também consta na obra original. A. Coquart é quem desenhou e gravou a imagem. Na imagem, como podemos notar, a obra do invasor é valorizada: a esquadra invasora de tamanho ampliado é mostrada com um poder muito superior à defesa da cidade, que reage inutilmente, usando todos os seus canhões, tentando impedir a entrada do invasor.

<sup>4</sup> Na época da invasão ocorria na Europa a Guerra da Sucessão, na qual Portugal era aliado da Inglaterra, que lutava contra a França e a Espanha.

O novo invasor, que chegou em 1711, trouxe consigo poderosas naus de guerra com grande poder de fogo<sup>5</sup>. As quatro *naus* e três *fragatas* portuguesas, representadas na figura 2, mesmo se estivessem localizadas onde mostra a figura, ao lado da Fortaleza de Santa Cruz, que tinha apenas cerca de 30 homens, acrescidos aos 5 homens que serviam à Fortaleza de São João, certamente formavam um conjunto que não seria capaz de barrar a entrada do poderoso inimigo.

Um aviso da aproximação da esquadra invasora também chegou à cidade em 2 de setembro, trazido pelo sargento-mor de Cabo Frio. O sargento informou que uma poderosa esquadra francesa fora avistada por pescadores na altura da ilha de Santa Ana, o que tornava iminente o ataque. Contudo, uma semana depois do aviso, o invasor não apareceu. O próprio sargento-mor que trouxe de Cabo Frio a informação dos pescadores, colocou em dúvida a possibilidade do ataque (CAVALCANTI, 2004, 45). O governador passou a considerar que a invasão era um alarme falso (BEBIANO, MONTEIRO, *et al*, 2004, 310), ordenando que os navios que protegiam a entrada da barra retornassem para o porto, no interior da baía, assim como os soldados que reforçavam as fortalezas foram retirados (MARCADÉ, 1991, 44). Logo, quando os franceses chegaram não foram repelidos pelas fortalezas da barra. A ordem do governador facilitou a entrada do invasor na baía de Guanabara. Todavia, não podemos ignorar que o governador era um homem experiente e conhecedor da real capacidade de defesa das fortalezas da barra, pois foi ele o substituto do mestre Gregório Gomes, em 1701, lente da *Aula de Fortificação* do Rio de Janeiro. O almirante inglês Leake e o sargento-mor de Cabo Frio informaram ao governador sobre a capacidade bélica da esquadra que se aproximava. Talvez, a ordem de recuar as defesas possa ter sido parte de uma estratégia mal sucedida.

Na representação da entrada dos franceses na baía de Guanabara, intitulada *Plan de La Baye, Ville, Forteresses, et attaques de Rio Janeiro*, de autoria de *Louis Chancel de La Grange*, capitão de fragata da nau *L'Aigle*, um dos navios que constituíram a expedição de curso de *Duguay-Trouin*, mostrada na figura 3<sup>6</sup>, não se vê nenhum navio na entrada da baía oferecendo resistência à entrada da *gigantesca* esquadra invasora, agora representada com 18 navios.

---

<sup>5</sup> A esquadra de René Duguay-Trouin possuía 742 peças de artilharia e alguns morteiros. O conjunto de todas as fortalezas do Rio de Janeiro possuía pouco mais de duas centenas de peças. As duas fortalezas da barra não possuíam mais do que 50 peças cada uma, considerando a hipótese mais otimista (FERREZ, 1972).

<sup>6</sup> Esta imagem pertence ao acervo da Bibliothèque Nationale de Paris (BICALHO, 2003).



Duclerc. Mas, na verdade, era fruto de um longo planejamento. Como veremos a seguir, o rei da França já estava, havia algum tempo, financiando viagens com o objetivo de mapear e melhor conhecer o litoral brasileiro. O assassinato de Duclerc pode ter oferecido a justificativa da invasão, um antigo plano, sustentado pela cobiça que as colônias portuguesas despertavam na rica burguesia francesa.

## II - HIDRÓGRAFOS FRANCESES AO LONGO DA COSTA BRASILEIRA

No momento da invasão da esquadra francesa à baía de Guanabara, não era o seu comandante *Duguay-Trouin* que ocupava a primeira posição na fila em que tinha se transformado a esquadra invasora. A primeira nave era a *Magnanime*, comandada pelo Sr. Cavaleiro de *Coursezac*, considerado quem melhor conhecia a navegação nesta baía (DUGUAY-TROUIN, 2002). Tal fato evidencia que antes da invasão houve uma busca de informações a respeito do sistema de defesa do porto do Rio de Janeiro.

Em 1695, Luís XIV incumbiu *Jean Baptiste De Gennes*, então capitão de mar e guerra<sup>7</sup> (*capitaine de vaisseau*) da Marinha Real Francesa, de montar uma esquadra com navios à sua escolha e partir para os mares do sul, onde Portugal e Espanha possuíam suas colônias. Nesta viagem De Gennes deveria procurar fazer uma carta exata de todas as costas e de todos os lugares por onde passasse, procurando obter informações sobre as fabulosas riquezas que outros navegantes informavam existir nessa região (GUEDES,1981).

Uma esquadra francesa, composta de seis navios, comandada por De Gennes, partiu de La Rochelle em 3 de junho de 1695. Em dezembro do mesmo ano a esquadra já estava ancorada na entrada da barra do Rio de Janeiro. A tripulação permaneceu embarcada esperando permissão para entrar na baía, onde alguns homens doentes, atacados de escorbuto, seriam desembarcados (TEIXEIRA FILHO, 1975, 126). Mas, como afirma Cavalcanti (2004, 42), *a população do Rio ficava ansiosa com cada embarcação que apontava na entrada da baía, a primeira reação era a ansiedade e dúvida: Quem vinha lá? Amigo ou inimigo?* Da esquadra, somente foi permitida a entrada de três navios na baía, ficando os outros três ancorados fora dela, na entrada da barra. No interior da baía os franceses tiveram permissão de desembarcar os seus doentes na Praia Grande, no lado oposto ao porto da cidade.

No dia 27 de dezembro de 1695 De Gennes deixou o Rio de Janeiro, levando consigo uma farta documentação sobre a cidade, seu porto e sua defesa. Provavelmente também levou a notícia da descoberta do ouro de aluvião em Minas Gerais, o que certamente aumentaria a *cobiça* da França sobre a colônia portuguesa.

---

<sup>7</sup> Ao Capitão de mar e guerra, *Capitaine de vaisseau* (França) ou *Post Captain* (Inglaterra), competia o comando de navios de primeira classe. Acima do Capitão de mar e guerra existia o Capitão de Fragata, ao qual também competia o comando de navios de primeira classe (Diccionario Marítimo Brasileiro, 1877).

Um dos integrantes da esquadra comandada por *De Gennes*, o jovem engenheiro naval *François Froger*, ao retornar à França, editou o livro *Relation d'un voyage. Fait en 1695, 1696 & 1697, aux Cotes d'Afrique, Detroit de Magellan, Brésil, Cayenne & Isles Antilles, par une escadre des Vaisseaux du Roy, commandée par M. De Gennes* (Relação de uma viagem feita em 1695, 1696 e 1697, às costas da África, Estreito de Magalhães, Brasil, Caiena e Ilhas Antilhas, por uma esquadra de vasos de guerra do Rei, comandada por M. De Gennes). O livro foi reeditado em inglês, em 1698, em francês, em 1699, 1700 e 1702 e, em holandês, em 1699 e 1715. Pelo número de edições em diversas nações, podemos concluir que as informações de Froger certamente serviram para orientar diferentes corsários, inclusive os franceses quando em 1710 e 1711 invadiram o Rio de Janeiro. No livro de Froger, segundo Teixeira Filho (1975, 128), encontra-se a informação que em 1695 a cidade possuía apenas três fortificações: o Forte de São João e a Fortaleza de Santa Cruz, na entrada da barra, e o Forte de São Tiago, na base do Morro do Castelo. A parte interna da cidade não tinha defesa alguma, o que facilitaria uma invasão por terra da cidade, como foi comprovado por *Duclerc* na invasão de 1710.

### III - A COBIÇA

A cobiça francesa sobre as colônias ibéricas localizadas nos mares do sul fez com que se criasse na França, em setembro 1698, a Companhia do Mar do Sul. Em dezembro do mesmo ano já partia de *La Rochelle* uma esquadra rumo ao sul. Nesta viagem os franceses fizeram o levantamento hidrográfico da Ilha Grande e suas proximidades, assim como desenharam preciosas vistas da costa do Rio de Janeiro, de Cabo Frio até a entrada da baía de Guanabara. A esquadra, enquanto permaneceu no interior da baía, procurou fazer, a exemplo do trabalho de *De Gennes*, um levantamento detalhado das fortalezas e redutos existentes, caracterizando o poder defensivo e suas deficiências.

As sucessivas visitas de navios franceses ao Rio de Janeiro colhiam informações para preparar uma invasão à cidade. O engenheiro militar *Duplessis*, tripulante da esquadra francesa que estava no Rio em 22 de abril de 1699, observou os ventos reinantes:

[...] das duas da tarde até as sete e oito horas da noite são de sudoeste e vêm do largo, de tal maneira que, com a maré, vos entráis de modo a não sofrer mais de duas descargas de artilharia e uma vez dentro [da barra] nenhuma resistência é possível à cidade, pois não é cercada de muralhas, Guedes (1981, 92, apud *Duplessis*).

O caminho do ouro, das Minas até o litoral, certamente foi observado pelos franceses (KNAUSS, 2006, 128). Em 1699, Garcia Rodrigues Pais já abria o caminho que unia o Rio de Janeiro, através da cidade litorânea de Paraty, à região das Minas.

Em 1693 o ouro tinha sido descoberto pela expedição de Borba Gato, mas em 1698 e 1699 houve a descoberta de uma grande quantidade do metal. O anúncio da grande descoberta fez com que 150.000 pessoas seguissem para a região das Minas em busca do metal precioso em apenas 20 anos. A turbulência na população, conhecida como a *febre do ouro*, não passou despercebida aos franceses. O Porto do Rio, local para onde convergia o ouro antes de ser embarcado para a Europa, certamente seria o local escolhido para a invasão dos corsários franceses.

Em 1710, um novo caminho para o ouro foi aberto: o ouro não seguia mais até Paraty, mas sim até Magé, no fundo da baía de Guanabara, de onde era transportado de barco até o Porto do Rio. O caminho novo se unia ao caminho velho em Ouro Preto. A convergência de riquezas para o Porto do Rio no início do século XVIII acabaria por colocar o sistema de defesa da cidade em teste. A França de Luís XIV não tardou em mandar os seus corsários.

#### IV - O CANAL DE ENTRADA

Em diversos mapas, como os apresentados anteriormente, já estava assinalado um *canal de entrada* na baía de Guanabara. O canal era geralmente evidenciado por números marcados sobre o mapa, os quais representavam diversas medidas de profundidades<sup>8</sup>. Os navios de maior calado<sup>9</sup> deveriam entrar e sair da baía através do canal. Uma esquadra formada de navios de grande porte, como a esquadra francesa que invadiu a cidade em 1711, certamente necessitou entrar na baía passando entre a Laje e a Fortaleza de Santa Cruz. Como na época, nenhuma fortificação existia sobre a Laje, a Fortaleza de Santa Cruz era fundamental para o sistema de defesa da barra. A Laje somente foi fortificada após a invasão de 1711, apesar de existirem antigos projetos.

Um invasor, com naus e fragatas com calados superiores a 5 metros, seria obrigado a considerar a necessidade de se aproximar da Fortaleza de Santa Cruz. Portanto, ninguém deveria tentar forçar a barra da entrada da baía sem antes procurar saber sobre o poder ofensivo dessa fortaleza. A invasão não poderia ser apenas uma aventura motivada pela cobiça, como foi a tentativa de *Duclerc* em 1710.

---

<sup>8</sup> A unidade de medida da profundidade deve ser a *braça*, medida de comprimento empregada na marinha, principalmente para marcar as sondas nas cartas hidrográficas (Dicionário Marítimo Brasileiro, 1877): a braça portuguesa = 10 palmos (220 cm); a braça francesa = 5 pés (165 cm); a braça inglesa = 183 cm.

<sup>9</sup> Calado D'água - *Tirant d'eau* - *Draught of water* - Altura vertical compreendida entre a parte inferior do *sobre sano* ou da quilha e a linha d'água. O *sobre sano* são grossas pranchas de madeira que forram a face inferior da quilha para evitar que ela se danifique por ocasião de encalhamento (Dicionário Marítimo Brasileiro, 1877).

## V - O TIRO EFICIENTE

Os canhões até meados do século XIX não eram capazes de acertar um alvo a longa distância com precisão. Não havia um controle efetivo sobre a velocidade final que o projétil teria na boca do canhão, porque não se tinha controle sobre a balística interna da arma. As cargas da peça não se davam sob condições idênticas, assim como era impossível controlar a interação do projétil com as paredes da alma lisa da peça. A experiência ensinava que nos canhões os tiros de longo alcance deveriam ser evitados.

O fascínio pelo alcance máximo nos tiros de um canhão é uma preocupação moderna após o meado do século XIX, quando surge a artilharia raiada (GUILMARTIN, 1981, 5). A experiência dos artilheiros demonstrava a ineficiência da antiga artilharia de alma lisa. O engenheiro militar português Manoel de Azevedo Fortes (1729, p.449-452) ao descrever uma batalha em Albuquerque, na última guerra de que tinha participado contra os espanhóis, relatou:

O general Conde de Galveas, querendo ganhar o arrabalde, mandou marchar três Regimentos para esta função, os quais receberam uma poderosa descarga dos inimigos. Aos que estavam de fora pareceu que a metade dos soldados daqueles Regimentos ficou ali mortos, ou feridos. Porém, depois se soube que os mortos só foram quatorze e houve poucos feridos.

Para Fortes tal fato demonstrava que com as armas de fogo se atira longe, e sem pontaria certa. Assim sendo, a maior parte dos projéteis não faz efeito algum. Além da baixa eficiência dos tiros de longo alcance, todo artilheiro também deveria conhecer até que distância o projétil era capaz de bater no alvo e com força suficiente para lhe causar dano. Caso contrário, os tiros se transformariam em desperdício de pólvora e munição. Em meados do século XVIII, na opinião de outro engenheiro militar português, José Fernandes Pinto Alpoim, os artilheiros conheciam bem essa verdade, assim como sabiam que os cálculos de alcance não eram confirmados pela experiência. Os novos Artilheiros deveriam seguir mais o que dizem aqueles que têm a experiência no uso de determinada peça, “pois vale mais um pouco de uso, e experiência de Artilheiro, que sabe, do que todas quantas esquadras há” (ALPOIM, 1744, p.159). No uso dos canhões, aconselha Alpoim (1744, p.170) aos seus discípulos, a boa distância para que a projétil possa ferir o alvo seria de **135 a 144 braças** (297 a 317 metros)<sup>10</sup>.

Como podemos notar, as peças de artilharia utilizadas nas fortalezas portuguesas, no início do século XVIII, tinham um raio de ação eficiente que não superava em muito a distância de **150 braças**. A partir desse resultado, vamos analisar a capacidade que tinham as fortalezas de Santa Cruz e de São João, nesta época, quando defendiam a entrada da baía de Guanabara.

<sup>10</sup> Um estudo detalhado do alcance do tiro eficiente nos canhões no século XVIII pode ser encontrado em minha tese de mestrado, *A Invasão Francesa ao Rio de Janeiro em 1711 e a Moderna Formação dos Capitães de Artilharia no Brasil*, HCTE/UFRJ, 2006.

## VI - A DEFESA DA ENTRADA DA BAÍA DE GUANABARA

Para analisar da eficiência das fortalezas que defendiam a entrada da barra na baía de Guanabara, na época da invasão francesa, vamos avançar um pouco no tempo, até meados do século XVIII. No ano de 1750 foi elaborado, sob a influência da rainha da Espanha, irmã de D. João V, rei de Portugal, a quem D. José sucedeu no trono, o Tratado de Madri, que demarcava as fronteiras entre o Brasil e as colônias espanholas. O tratado, que foi negociado pelo grande ministro Alexandre de Gusmão, desagradava aos principais personagens da Corte espanhola<sup>11</sup>. Em 1762, houve uma breve guerra entre Portugal e Espanha que obrigou o marquês de Pombal a fazer uma reforma no despreparado exército português. Para realizar tal reforma, Pombal segue o conselho da Inglaterra e contrata o conde Lippe para ser o comandante chefe do exército. Ao comando de Lippe, que era formado na escola militar prussiana de Frederico II, uma das melhores na época, outros oficiais estrangeiros se unem no esforço de reforma: o coronel alemão João Henrique Böhm, o sueco Jacques Funck, e o capitão napolitano João Rossi. Em 1767, como persistiam os conflitos no sul do Brasil, Portugal resolveu agir com mais vigor, enviando três regimentos para o Rio de Janeiro: o de Moura, o de Extremoz, e o de Bragança. Para o comando dessas tropas seguia para o Brasil o general Böhm, acompanhado de outros oficiais escolhidos pelo reconhecido valor: o coronel José Custódio de Faria, o coronel Funck, e o capitão Rossi.

Quando Böhm chegou ao Rio de Janeiro ficou impressionado com o estado precário em que se encontravam as fortificações. Apesar das duas invasões francesas ocorridas havia pouco mais de meio século, quase nada se fizera, segundo ele, para melhorar o sistema de defesa da cidade (MAGALHÃES, 1948, 7). Certamente Böhm, ao assumir o comando da Praça, deve ter encarregado alguns de seus engenheiros militares de fazer uma análise da verdadeira capacidade do sistema de defesa da cidade e seu porto, no qual as fortalezas da barra eram fundamentais. Um desses engenheiros pode ter sido o autor anônimo do mapa intitulado de *Plano da Citação das Três Principais Fortalezas da entrada da Barra do Rio de Janeiro*<sup>12</sup>, figura 04, uma importante fonte primária de informações sobre o alcance efetivo das peças que já estavam instaladas nas fortalezas da barra, ou que ainda seriam instaladas.

---

<sup>11</sup> O rei de Portugal D. José I e o seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde conde de Oeiras e marquês de Pombal, mantinham-se atentos ao fato. O ministro mantinha informado Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro desde 1735, que em 1748 passou a ter sob sua jurisdição todo o Sul do Brasil. Porém, apesar da atitude de má-fé que os espanhóis tinham em relação ao Tratado, o rei ordenava ao governador do Rio que se cumprissem rigorosamente os compromissos assumidos. O Tratado caducou em 1761, quando passaram a se intensificar as disputas territoriais no sul do Brasil. Em 1763, estando Portugal interessado nos territórios ao norte do Rio Prata, e coincidentemente ocorrendo o surto de mineração, sobe de importância na colônia a cidade Rio de Janeiro, para onde se resolve transferir a sede do governo (MAGALHÃES, 1948, 4).

<sup>12</sup> O mapa faz parte do acervo de obras raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

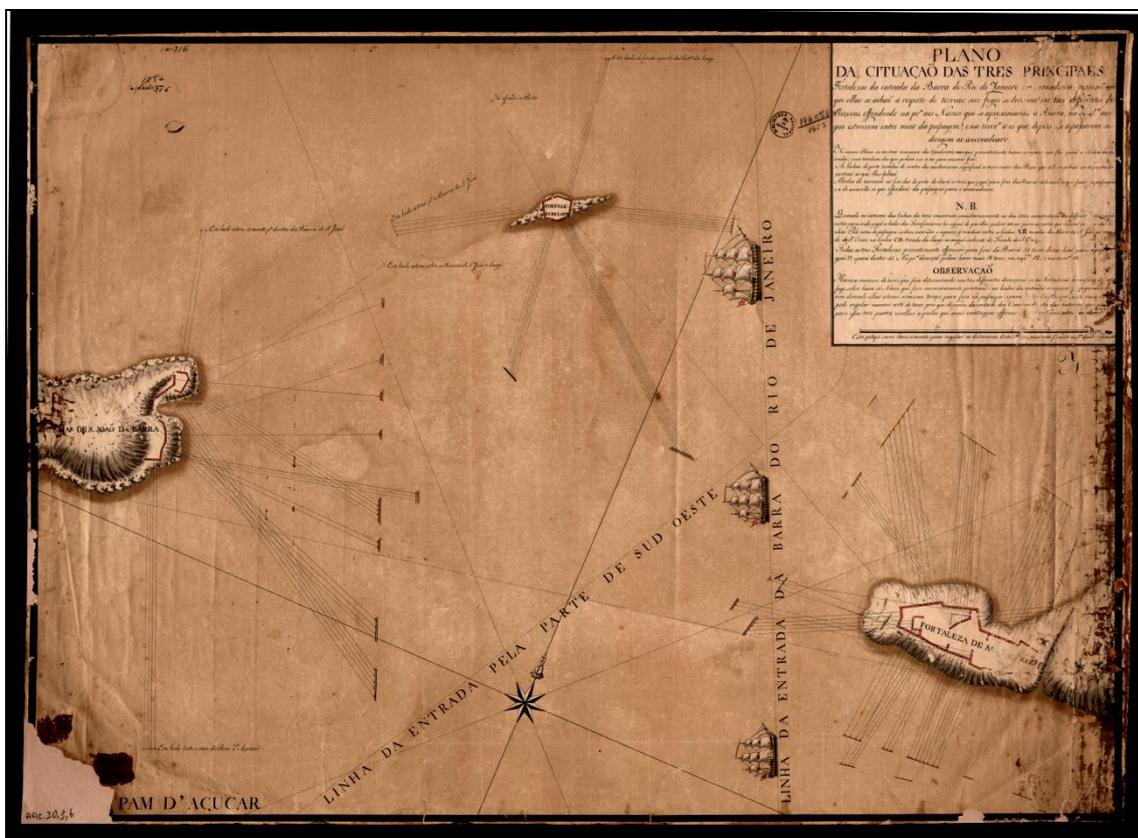


Figura 04: Plano da Citação das três Principais Fortalezas da Entrada da Barra do Rio de Janeiro. Fonte: Acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Os canhões das fortalezas da barra estavam posicionados para agir em três direções diferentes: na primeira se ofendiam os navios que se aproximavam da barra; na segunda, os que estavam no meio da passagem; e na terceira, os que conseguiram forçar a barra e se dirigiam para o ancoradouro. As fortalezas ofereciam 51 tiros de canhão para fora da barra, 39 para a passagem, e 41 para dentro. Com as peças que ainda faltavam, seriam acrescentados 18 tiros para fora, 12 para a passagem, e 19 para dentro. A quantidade de canhões que serviam as fortalezas da barra tinha duplicado em relação à época em que ocorreram as invasões francesas. Portanto, foi injusta a afirmação de Böhm, mencionada acima, de que quase nada se fez para melhorar o sistema de defesa da cidade.

Como se pode constatar no mapa da figura 4, as fortalezas que defendiam a entrada da barra não cruzavam seus tiros, como afirma a historiadora Maryan (1992, 15), o que somente poderia ocorrer se as armas utilizassem seus alcances máximos no lugar de tiros eficientes. Mas, como foi visto, na artilharia lisa, a única empregada até meados do século XIX, não se utilizava o alcance máximo das peças, o qual corresponderia a tiros imprecisos que apenas causariam desperdício de pólvora e munição.

Os calados das naus e fragatas de guerra utilizadas no início do século XVIII eram superiores a cinco metros, o que obrigaria os navios a entrarem na baía de Guanabara pelo canal de entrada, logo passando, necessariamente, entre a Laje e a Fortaleza de Santa Cruz. O mapa da figura 4 mostra que existiam duas rotas de aproximação da barra, uma pelo sudoeste, e outra pelo sul, através das quais uma esquadra poderia invadir a barra sem praticamente ser ofendida pelos tiros de canhões das fortalezas da barra, mesmo que se considere a existência da Fortaleza da Laje. Em 1711, certamente os franceses não desconheciam essas informações.

A rota pelo sul, denominada de *Linha de Entrada da Barra do Rio de Janeiro*, era a trajetória de entrada mais simples, pois era direta, sem curvas. Essa deve ter sido a que René Duguay-Trouin utilizou na invasão de 1711, como sugerem os documentos coevos, as imagens que retrataram a invasão. Considerando a escala, ou *petipé*, fornecida pelo mapa, a esquadra invasora que utilizasse a *Linha de Entrada* deveria procurar se afastar no mínimo 90 braças<sup>13</sup> da Fortaleza de Santa Cruz. Em 1711, quando ainda não existia a Fortaleza da Laje, seria possível manter uma trajetória retilínea durante a invasão da baía com afastamento superior ao mínimo sugerido.

Um invasor que forçasse a barra da baía de Guanabara, através da *Linha de Entrada*, em meados do século XVIII, sofreria a ação de apenas 11 canhões da Fortaleza de Santa Cruz, os quais atirariam em três direções diferentes: primeiro entrariam em ação os canhões que atiravam para fora da barra. Com o auxílio de apenas cinco canhões os artilheiros tentariam impedir a aproximação do invasor, três atirariam seus projéteis a 108 braças e dois a 96 braças. A seguir, considerando que o impetuoso invasor continuou seguindo na *Linha de Entrada*, quando já estivesse na entrada da barra, duas peças de artilharia lançariam seus projéteis a uma distância de 158 braças. Por último, se o invasor conseguisse adentrar a baía, quatro canhões passariam a agir: dois atirariam a 125 braças, um a 96 braças, e outro, o de menor calibre, atiraria a 79 braças. Os diferentes alcances das armas nos mostram que existiam na Fortaleza de Santa Cruz armas de seis calibres diferentes. A análise dos alcances das armas nos mostra que canhões de mesmo calibre estavam lado a lado, o que certamente facilitaria o trabalho dos artilheiros, já que tais armas utilizariam cargas e munições semelhantes. A aproximação das peças semelhantes poderia também significar uma economia no número de artilheiros, considerando que um mesmo artilheiro poderia servir a mais de uma arma. A medida dos alcances efetivos dos diferentes canhões da artilharia das fortalezas, medidos sobre o mapa, mostra que os valores geralmente não ultrapassavam 150 braças, como Alpoim tinha afirmado no seu *Exame de Artilheiro*, em 1744.

<sup>13</sup> A distância de 90 braças de afastamento pode ser obtida medindo-se diretamente sobre o mapa, considerando os alcances efetivos dos canhões, representados na figura 4, e o *petipé* [escala], fornecido no mapa.

O preparo de um tiro<sup>14</sup> envolvia um número mínimo de artilheiros e serventes: um chefe da peça, encarregado de apontar e disparar o canhão; um homem com o soquete/ lanada; um ou mais carregadores de munição; e um homem encarregado de controlar a escorva. Ao número mínimo de quatro pessoas por peça deveríamos acrescentar um grande número de serventes, encarregados de recolocar a peça em posição após o recuo causado pelo tiro (ANDRADA & CASTRO, 1993, 67). Considerando que onze peças da artilharia poderiam ser utilizadas na Fortaleza de Santa Cruz contra um invasor, no mínimo deveríamos ter 44 artilheiros à disposição das peças, os quais deveriam ser auxiliados por diversos serventes. Mas, na época da invasão francesa, em 1711, existiam apenas 15 artilheiros destinados à Fortaleza de Santa Cruz. Portanto, não se conseguiriam utilizar, concomitantemente, mais do que quatro canhões de forma eficiente contra os franceses.

Uma boa atitude de ataque para a esquadra invasora seria atravessar a barra com a maior velocidade possível, o que diminuiria o tempo de exposição da esquadra invasora aos canhões das fortalezas. Em 1711, a invasão foi propositadamente retardada de dez dias, considerando o intervalo de tempo que separou o aviso da aparição da esquadra em Cabo Frio, feito em 2 de setembro, e a sua reaparição em 12 de setembro. O atraso não foi sem razão (CAVALCANTI, 2004, 45). O comandante francês relatou no seu Diário de Bordo que a esquadra permaneceu afastada da cidade à espera do melhor vento, o qual daria aos navios a maior velocidade possível, o que somente ocorreu na noite de 11 de setembro.

O conjunto de fatos e dados, que foram discutidos ao longo deste trabalho, permite que se afirme que o Sistema de Defesa do Rio de Janeiro não era capaz de impedir que um invasor bem informado atravessasse a sua barra. A sua ação de defesa dependeria mais da capacidade que as fortalezas teriam de dissuadir o invasor que de fato da sua ação efetiva. A ação que as fortalezas tiveram sobre a esquadra de *Duclerc*, em 1710, foi desse tipo. A esquadra invasora recuou quando as baterias da Fortaleza de Santa Cruz foram acionadas, sem que nenhum tiro tenha efetivamente ofendido a qualquer dos navios.

Em 1711, a facilidade com que ocorreu a invasão demonstrou a ineficiência do sistema de defesa do porto. A justificativa de que a fácil invasão ocorreu porque um forte nevoeiro encobriu a esquadra invasora no momento em que forçava a barra é utilizada por alguns historiadores<sup>15</sup>. No entanto, um forte nevoeiro

<sup>14</sup> No preparo do tiro a primeira etapa era dar a *carga* de pólvora adequada à peça e ao tiro. Nesta etapa se utilizaria uma colher, a *cocharra*, capaz de recolher e medir a pólvora; ou se usando cartuchos, quando a carga estaria previamente medida e emprojétila em um saco de papel ou pano, o que facilitaria a sua carga. Na segunda fase do preparo, a projétil é colocada sobre a carga que já estava na câmara, que corresponde ao final da cavidade oca da peça. A seguir, na terceira fase do processo de carga, era colocada sobre a projétil uma *bucha* de madeira, terra compactada, serragem, ou de pano, que teriam por finalidade conter o escape de gases e manter a carga no lugar, no caso de pontarias feitas abaixo da linha do raso da alma. Na quarta fase, com o auxílio do *soquete*, a bucha é empurrada para baixo, compactando o conjunto formado pela carga, projétil e a bucha. Por último, na quinta fase do processo de carga, se colocava o cordel detonante no ouvido da peça, a *escorva*, o qual permitiria que se comunicasse fogo à carga no momento do tiro (ANDRADA, CASTRO, 1993, 67).

<sup>15</sup> Esta versão é utilizada por alguns autores: TAVARES (1979, 111), CAVALCANTI (2004, 45).

somente se forma em uma manhã fria e úmida<sup>16</sup>, o que é possível de ocorrer no mês de setembro no Rio de Janeiro. Mas, mesmo que tenha ocorrido algum tipo de fenômeno meteorológico, capaz de justificar uma baixa visibilidade durante a invasão, como um nevoeiro ou chuva intensa, as evidências acumuladas nesta investigação são suficientes para que se possa concluir que uma invasão seria inevitável, considerando a deficiência do sistema de defesa e o grande poder ofensivo da esquadra invasora.

O governador na época, Francisco de Castro Moraes, foi responsabilizado pela facilidade com que a cidade foi sequestrada pelos franceses. Um velho hábito, a eleição de um culpado, fez do capitão-governador da cidade o eleito, apesar de ser o mesmo que tinha vencido Duclerc, antes da invasão de René *Duguay-Trouin*. Francisco Castro de Moraes foi condenado e mandado para as masmorras da Fortaleza de Santa Cruz (FAZENDA, 1943, 407), antes de seguir para a Índia, onde acabou os seus dias em degredo. O capitão-governador certamente não ignorava o estado precário das fortalezas da cidade (PASSOS, 1965, 75), assim como também não o ignorava Courserac, o oficial francês que comandava o primeiro navio da fila de navios da esquadra invasora. O governador, ao recuar suas defesas para interior da baía de Guanabara, esperando pelo invasor sem lhe oferecer muita resistência, provavelmente substituiu uma defesa suicida, com o sacrifício de milhares de pessoas, e o arrasamento da cidade, por uma derrota que já era prevista mesmo antes do ataque. Mas, a História das Nações não gosta desse tipo de solução. A versão oficial dos fatos se encarregou de produzir um covarde que sofreu uma punição exemplar. Nessa versão, um forte nevoeiro passou a justificar o fator surpresa e a facilidade com que o invasor ultrapassou a primeira linha do sistema de defesa. Uma vez o invasor dentro da baía, ali poderia permanecer longe do alcance dos canhões das fortalezas que defendiam a cidade.

No dia 12 de setembro de 1711, a esquadra comandada pelo corsário René *Duguay-Trouin*, apoiada pelo rei da França, Luís XIV, invadiu o Rio de Janeiro. A pouca oposição que o sistema de defesa do porto da cidade ofereceu ao invasor permanece como uma parte obscura da História do Brasil. No entanto, a História Militar luso-brasileira e a História da Ciência e das Técnicas, considerando as evidências fornecidas pela cartografia histórica, permitem-nos estabelecer um novo ponto de vista, dar novas respostas para velhas perguntas.

## VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPOIM, José Fernandes Pinto (1700-1765). *Exame de Artilheiros, 1744*. Reprodução fac-similar, Biblioteca Reprográfica Xérox, Rio de Janeiro, 1987.

---

<sup>16</sup> Como já foi citado anteriormente, as informações que Duplessis forneceu, em 1699, sobre os ventos reinantes na baía de Guanabara, nos levam a concluir que a invasão não deveria ter ocorrido durante a manhã, quando os ventos na entrada da barra são inadequados a uma rápida invasão.

- ANDRADA, Ruth Beatriz S. Caldeira de; CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *O Pátio Epitácio Pessoa e seu acervo*. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1993.
- ARAÚJO, João Hernes Pereira de; KNAUSS, Paulo; et al. *Brasil-França: Relações históricas no período colonial*. Organizado por Vasco Moriz. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 2006.
- BEBIANO, Rui; COSTA, Fernando Dores; DOMINGUES, Francisco Contente; HESPANHA, Antonio Manuel; LOBATO, Manuel; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; PUTONI, Pedro; RODRIGUES, José Damião; RODRIGUES, Vitor. *Nova Historia Militar de Portugal*. Direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira e coordenação de António Manuel Hespanha. Volume 2. Circulo dos Leitores, Portugal, 2004.
- BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império – O Rio de Janeiro no século XVIII*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2004.
- DUGUAY-TROUIN, René (1673-1736). *O Corsário: uma invasão francesa no Rio de Janeiro – Diário de Bordo, 1740*, tradução de Carlos Ancedê Nougé, Bom Texto, Rio de Janeiro, 2002.
- FAZENDA, José Vieira (Antigo bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 95 – V. 149 (2ª edição), Rio de Janeiro – Imprensa Nacional, 1943.
- FORTES, Manoel de Azevedo. *O Engenheiro Português*. Tomo I, editado em 1728 e Tomo II editado em 1729. Edição fac-símile, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1993.
- GUEDES, Max Justo. *Hidrografos Franceses ao Longo da Costa Brasileira, 1665-1710*. Navigator, subsídios para a história marítima do Brasil, Nº 17, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981.
- GUILMARTIN Jr, John F. *Os canhões do Santíssimo Sacramento*. Navigator, subsídios para a história marítima do Brasil, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Nº 17, jan-dez de 1981.
- MAGALHÃES, J. B.. *A Defesa do Rio de Janeiro no Século XVIII*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 200, 1948.
- MARCADÉ, Jacques; MARTINIÈRE, Guy; SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro 1620-1750*. Direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira; coordenação de Frédéric Mauro (Universidade de Paris), Volume 7, Editorial Estampa, Lisboa, Portugal, 1991.
- MARYAN, A.P.. *La Salle, o Fugitivo da Fortaleza de Santa Cruz (RJ)*. Edição do autor, Rio de Janeiro, 1992.
- PASSOS, Alexandre. *O Rio no Tempo do “Onça” (Século XV ao XVIII)*. 4ª edição, Livraria São José, Rio de Janeiro, 1965.
- TEIXEIRA FILHO, Álvaro. *Roteiro Cartográfico da Baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro, século XVI e XVII*. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1975.